COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.199, DE 2011

Acrescenta parágrafos ao art. 94 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e modifica a redação do art. 80 da Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autora: Deputada **NILDA GONDIM**

Relator: Deputado **JOSÉ LINHARES**

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição que modifica a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e o Estatuto do Idoso para estabelecer que nas ações que versem sobre direitos pessoais, reais sobre bens móveis, difusos, coletivos, homogêneos e individuais indisponíveis, o idoso possa escolher o foro que mais lhe convier.

O autor da proposta justifica sua iniciativa ao argumento de que:

“A garantia do acesso à Justiça a todos sempre se dá quando as modificações legais buscam maior igualdade entre as pessoas, e principalmente, quando as alterações do sistema promovem resultados justos por decorrência da implementação de políticas públicas específicas.

No caso do processo judicial, a igualdade material das partes há de ser perseguida tendo em consideração as possibilidades de cada uma e os tipos de estratégias e vantagens que uma parte tem em relação à outra.

Dentre essas, destaca-se a possibilidade de disposição de recursos financeiros para a contratação de advogado, para o custeio da produção de provas, para o acompanhamento e a participação no processo, e para o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

No caso do idoso, em razão das especificidades e características próprias de seu estágio de desenvolvimento, é de se presumir a sua hipossuficiência quanto a essas possibilidades.

(...)

Ao desempenhar as suas atribuições para resolver tais mazelas, o Poder Legislativo deve agir de modo a produzir leis que facilitem a assistência jurídica, simplifiquem os procedimentos processuais e assegurem a defesa de interesses e direitos específicos, em especial dos idosos.”

A proposição foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise conclusiva (art. 24, II, RICD) quanto ao mérito e aspectos do art. 54 do RICD, nos termos regimentais.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o relatório.

II – VOTO

Atendo-nos ao mérito da matéria proposta temos pela notável grandeza do que propõe o Projeto em análise, pelo que, realmente merece o amplo, geral e irrestrito apoio desta Comissão.

A proposta, de fato abraça o princípio constitucional da isonomia, buscando contemplar os iguais na medida da sua igualdade e os desiguais em proporção às respectivas desigualdades.

Realmente a proposição em exame reveste-se de grande importância social, promovendo o respeito àqueles que em tanto contribuíram com a formação do nosso País, e sobretudo, objetivando que as lides da pessoa idosa tenham sua pronta resolução, até porque, por uma questão natural e biológica, dispõem de menor expectativa de vida para ver sanadas as suas demandas.

Assim, a proposta confere à pessoa idosa uma prerrogativa necessária para contribuir com a celeridade processual e evitar eventuais ausências da pessoa idosa que muitas vezes em decorrência da necessidade de deslocamento deixa de comparecer a determinados atos processuais. A regra permite ao idoso escolher o foro competente para julgar as demandas que versem sobre direitos pessoais, reais sobre bens móveis, difusos, coletivos, homogêneos e individuais indisponíveis. Outrossim, não existem prejuízos à segurança jurídica ou ao contraditório.

Mas a oportunidade é muito nobre para que se deixe perecer a chance de aproveitar o ensejo da essência do que foi proposto pelo insigne autor, para realizar outras alterações no mesmo sentido, poupando os idosos da morosa tramitação das propostas legislativas que poderão contribuir no mesmo contexto proposto pelo nobre autor com a vida cotidiana e o amplo acesso à prestação jurisdicional do Estado à pessoa idosa.

Outro aspecto relevante e que certamente não foge ao intento autoral é a possibilidade da inclusão das pessoas com deficiência no que concerne

à aplicação do Código de Processo Civil. Ora, pois, o fundamento é exatamente o mesmo. São pessoas que em decorrência de uma condição física ou de saúde, seja pela idade avançada, seja pela deficiência, se vêem prejudicados com desgaste excessivo em seus deslocamentos para ver valer a constitucionalmente garantida prestação jurisdicional estatal.

Diante do exposto, meu voto é, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.199, de 2011, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 26 de outubro de 2011.

WALTER TOSTA
Deputado Federal

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 1.199, DE 2011**

Altera a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, modifica a Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, modifica a Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências para definir as regras de competência de foro para processamento das ações que envolvam a pessoa idosa ou com deficiência.

Art. 2º. Fica garantida à pessoa idosa ou com deficiência a prerrogativa de foro nas ações judiciais que versem sobre direitos pessoais e reais sobre bens móveis e imóveis, bem como nas ações sobre direitos difusos, coletivos, homogêneos ou individuais.

Art. 3º O art. 94 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 94.

.....
§5.º O autor idoso e a pessoa com deficiência poderão propor a ação e o réu idoso ou deficiente poderá ser demandado no foro de seu domicílio ou naquele cuja localização permitir seu amplo e efetivo acesso à Justiça e facilitar a defesa dos direitos previstos no caput.

§6.º O autor idoso ou deficiente manifestará sua opção pela eleição de foro quando da propositura da ação, e o réu idoso ou fará na ocasião de sua primeira manifestação no processo.

§7.º Após a eleição do foro pelo autor ou réu idoso ou deficiente, o juízo eleito terá competência absoluta para processar a causa,

ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

§8.º O juiz rejeitará a eleição do foro pelo idoso ou deficiente quando verificar que a opção é contrária ao interesse público e prejudicará a defesa de seus direitos.

§9º Havendo prerrogativa de foro para ambas as partes envolvida na demanda, o conflito de competência será resolvido pela regra geral.(NR)”

Art. 4.º O art. 95 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguinte parágrafo único:

“Art. 95.
Parágrafo único. Nas ações em que o autor ou réu sejam pessoa idosa ou com deficiência é competente o foro de domicílio do idoso ou do deficiente. (NR)”

Art. 5.º O art. 100 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 100.
I – da residência da mulher, para a ação de divórcio, e para a anulação de casamento;
.....
.....
IV – do domicílio da pessoa idosa ou deficiente para ação em que sejam autor ou réu.
.....
.....(NR)”

Art. 6.º O art. 80 da Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 80. As ações previstas neste Capítulo poderão ser propostas no foro de domicílio do idoso ou naquele cuja localização permitir seu amplo e efetivo acesso à Justiça e facilitar a defesa dos direitos previstos nesta Lei.

§1.º Após a eleição do foro pelo idoso, o juízo eleito terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

§2.º O juiz rejeitará a eleição do foro pelo idoso quando verificar que a opção é contrária ao interesse público e prejudicará a defesa de seus direitos (NR).”

Art. 7.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de outubro de 2011.

WALTER TOSTA
Deputado Federal